

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
FACULDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Efeitos do Mau Jornalismo:
Os Deslizes da Imprensa no Caso Ibsen Pinheiro

Juiz de Fora
Janeiro de 2007

Viviane Camargos Teixeira

Efeitos do Mau Jornalismo:
Os Deslizes da Imprensa no Caso Ibsen Pinheiro

Trabalho de conclusão de curso
Apresentado como requisito para
obtenção de grau de Bacharel em
Comunicação Social na Faculdade de
Comunicação Social da UFJF

Orientador: prof. Dr. Paulo Roberto
Figueira Leal

Juiz de Fora
Janeiro de 2007

Viviane Camargos Teixeira

Efeitos do Mau Jornalismo:
Os deslizes da Imprensa no caso Ibsen Pinheiro

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito para obtenção de grau de Bacharel em Comunicação Social na Faculdade de Comunicação Social da UFJF

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal

Trabalho de conclusão de curso aprovado em 02/02/2007
pela banca composta pelos seguintes membros:

Prof. Dr. Paulo Roberto Figueira Leal (UFJF) - Orientador

Prof. Dr. Márcio de Oliveira Guerra (UFJF) – Relator

Prof. Esp. Ricardo Bedendo – Convidado

Conceito Obtido _____

Juiz de Fora
Janeiro de 2007

AGRADECIMENTOS

A Deus pela força para seguir em frente sempre.

À família pelo incentivo e estímulo constante.

Ao professor Paulo Roberto, pela orientação e disponibilidade.

Ao professor Márcio Guerra pela amizade e oportunidade valiosa.

Aos amigos, pela convivência deliciosa e pela torcida.

Às pessoas que acreditaram em mim e que, de alguma forma, contribuíram para a realização desse trabalho.

EPÍGRAFE

“A objetividade não existe, mas a vontade de ser objetivo pode ou não existir”.

Charles F. Grosser

RESUMO

Análise dos efeitos do mau jornalismo na sociedade e da deterioração profissional e ética no mercado jornalístico.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	7
2. DESAFIOS DO JORNALISMO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO	9
2.1 A precarização da profissão	15
3. A QUESTÃO DA ÉTICA NA IMPRENSA	21
3.1 Os dilemas profissionais	23
3.2 Os dilemas de personalidade: jornalistas corruptíveis?	26
3.3 A manipulação inadvertida	28
3.4 A manipulação consciente	31
4. O JORNALISMO “CANALHA”	34
4.1 O denunciamento na imprensa	35
4.2 Como a imprensa tratou o caso Ibsen pinheiro	39
4.3 “Até tu, Ibsen?” – Uma análise da matéria	41
5. CONCLUSÃO	48
6. REFERÊNCIAS	50

1 INTRODUÇÃO

Vivemos em um mundo globalizado, no qual a mídia se revela como uma das instituições de maior peso na sociedade. Os meios de comunicação ocupam lugar de destaque na vida cotidiana das pessoas, que os utilizam para enviar e receber informações e como forma de entretenimento.

O jornalismo, nesse contexto, ocupa posição central por ser o principal mecanismo de difusão de informações e notícias. Trata-se de uma função de grande responsabilidade, um trabalho complexo de construção do real que influencia julgamentos juízos de valor, além de ser uma variável fundamental para a construção da opinião pública.

Porém, em alguns episódios, a própria imprensa passa a estar presente na mídia. Distorções, escândalos, erros e deslizes fazem com que os papéis se invertam e os meios de comunicação se tornem a própria notícia – nesses casos, uma má notícia.

Sabemos que a objetividade no jornalismo não existe, portanto, o conteúdo informativo que recebemos todos os dias por meio dos veículos é mediado pelos profissionais da imprensa. Deste modo, os jornalistas devem perseguir a isenção máxima como meta (mesmo que se saiba inalcançável) e se esforçar para difundir informações apuradas de forma consistente e criteriosa. Mas nem sempre isso acontece. O que vemos, muitas vezes, é a publicação de erros, fatos inverídicos e meias-verdades.

Nesse sentido, este trabalho pretende abordar as conseqüências do mau jornalismo. A importância em se discutir esse assunto reside no fato de que a imprensa é responsável pelas informações que chegam à sociedade, já que a ela cabe a função de selecionar o que é notícia, apurar e fornecer à população os fatos relevantes que acontecem no mundo.

O primeiro capítulo levanta hipóteses sobre as causas dos freqüentes erros cometidos por profissionais da imprensa. A precarização da profissão, a ditadura do *deadline*,

a apuração incipiente e as pressões decorrentes do ambiente de trabalho são alguns dos fatores que influenciam na qualidade informativa das notícias.

O segundo capítulo trata das distorções que ocorrem com o consentimento dos próprios profissionais. Esta parte do trabalho visa à promoção de uma discussão sobre a ética jornalística, dando ênfase à atual onda de “auto-suficiência ética” presente em muitas redações em nosso país, bem como apontar os principais deslizes éticos cometidos pelos jornalistas.

No terceiro e último capítulo, há uma análise de uma matéria publicada pela revista *Veja* no ano de 1993, que se baseou em fatos inverídicos para promover o “linchamento” de Ibsen Pinheiro, então deputado federal pelo PMDB e ex-presidente da Câmara.

A matéria da *veja* acusava o deputado de movimentar um milhão de dólares em suas contas. Porém, o que se descobriu, de fato, foi uma transação de apenas mil dólares. Ibsen foi investigado, teve o mandato cassado e passou anos afastado do cenário político. Entretanto, foi declarado inocente ao final das investigações.

Muitos são os casos em que pessoas e instituições são prejudicados por erros da imprensa, que podem provocar conseqüências devastadoras para quem deles se torna vítima. Trata-se, portanto, de uma discussão que se justifica acadêmica e socialmente.

2 DILEMAS DO JORNALISMO NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO

No mundo globalizado em que vivemos hoje, pode-se dizer que os meios de comunicação de massa se consolidaram como a espinha dorsal da sociedade. Os veículos mais comuns, como televisão, rádio, periódicos impressos e Internet, têm como funções primordiais na sociedade informar, transmitir herança cultural e entreter.

Transmitir herança cultural por meio dos veículos de comunicação significa alimentar as relações sociais, estabelecendo o que seria “bom” ou “ruim” para toda a sociedade. Através dos meios de comunicação de massa, o sistema global da mídia se revela como uma das instituições ideológicas de maior peso na sociedade contemporânea, reproduzindo ideologias de forma cada vez mais hegemônica.

O rádio, e mais fortemente a televisão, dedicam boa parte de seus produtos à diversão do espectador, reorganizando os ritmos da vida cotidiana e os espaços domésticos. Os produtos culturais, os filmes, os programas radiofônicos e revistas já garantiram espaço na vida cotidiana das massas, que dedicam horas de seu dia ao consumo dos produtos oferecidos pela indústria cultural.

Há muitas décadas, os meios de comunicação de massa têm influenciado direta ou indiretamente o comportamento da sociedade, estimulando determinados padrões de ação, pensamento e consumo da população. A presença massiva dos veículos no cotidiano fez com que eles se tornassem parte importante da vida das pessoas. Para muitos, os meios de comunicação, mais que espelhar fielmente a realidade do mundo, são capazes de construir realidade.

Antonio Hohlfeldt, (2001) informa que os meios de comunicação de massa devem:

a) tornar possível o reconhecimento de um fato desconhecido como algo notável de ser noticiado; b) elaborar relatos capazes de retirar do acontecimento seu nível de particularidade,

tornando-o generalizável; c) organizar temporal e espacialmente este conjunto de tarefas transformadoras, de modo que os eventos noticiados possam ser explorados de forma racional e planificada.

Para Eugênio Bucci (2000), os meios de comunicação estão arraigados à esfera social de forma tão intensa que a função simbólica do direito (ordenar conceitos e valores, estabelecer o lugar do proibido e o lugar do bem) tem sido exercida e usurpada pela mídia, através do discurso publicitário, do entretenimento, das peças de ficção, jogos eletrônicos, e principalmente, por meio do jornalismo - que, nesse contexto, emerge como a mais tradicional forma de comunicação de massa.

O discurso jornalístico é o que mais se destaca nessa função. A ele cabe hierarquizar os sentidos e valores. A ele, cabe preconizar as condutas. Cabe preconizar os modos de falar e, ainda mais, cabe-lhe separar o que é dizível e o que é indizível. (BUCCI *apud* GOMES, 2000, P.11)

Pode-se afirmar que a matéria-prima da notícia são os acontecimentos. E seus processos de escolha, classificação e hierarquização vão ser desenvolvidos pelo sistema informativo. Tudo isso vai depender da linha editorial, dos interesses internos e externos dos veículos, bem como de sua natureza e da sensibilidade de seus profissionais, especialmente os jornalistas, responsáveis pelos processos de produção. Ou seja, se a principal função do jornalismo é difundir informações, conseqüentemente, o jornalista é o principal responsável pelo conteúdo informativo que chega até a população. O grau de veracidade da informação depende diretamente dos processos de pesquisa, apuração e redação das notícias.

O direito à informação pertence à sociedade e é em seu nome que é exercido. O jornalista é, de certa forma, um deputado da sociedade. Ele é os olhos da sociedade, os ouvidos da sociedade e, eventualmente, a emoção e a boca da sociedade. Esta é uma questão muito séria. Muita gente pensa que estou brincando, mas não, digo com a mais absoluta seriedade. Acredito até que, no futuro – que espero não seja muito remoto – a sociedade exigirá seu direito de eleger o jornalista. (...) porque esta é uma função da mais alta e da mais grave responsabilidade. (NOVAES, *apud* MORETZSOHN, P. 59)

Bucci (2000) ressalta que os fatos já nascem como relatos. E que não há, portanto, fato jornalístico sem o relato jornalístico. O jornalista, nesse contexto, é o fio que permite

conectar o acontecimento e sua difusão. Ele é o filtro pelo qual passam os dados antes que cheguem a conhecimento do público. Sendo assim, por mais que o jornalista tente ser o mais objetivo possível no exercício diário da atividade, a coletividade só terá acesso à informação moldada a partir da perspectiva do profissional que acompanhou o fato em questão.

A idéia de que as notícias de jornal “retratam a realidade” não faz sentido. Não que os jornais mintam, distorçam, manipulem. Não é isso. Admitamos que os grandes veículos de imprensa se esforcem na direção da objetividade e da verdade factual. Admitamos, mais ainda, que eles sejam bem sucedidos nesse esforço. Mesmo assim, a idéia de que eles “retratam a realidade” não faz sentido. Faria mais sentido dizer que eles consolidam a realidade, ou aquilo a que chamamos, muito precariamente, de realidade. (BUCCI, *apud* GOMES, 2000, p.8)

Para Nilson Lage (1998), a notícia, por definição, possui retórica referencial, ou seja, versa sobre a realidade dos fatos. Ainda que comova, motive ou provoque revolta, ela deve apenas informar. Segundo o autor, as notícias tratam da aparência do mundo.

Não é notícia o que alguém pensou, imaginou, concebeu, sonhou, mas o que alguém disse, propôs, relatou ou confessou. É também axiomática, isto é, se afirma como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses. O que não é verdade, em uma notícia, é fraude ou erro. (LAGE, 1998, P.25)

Segundo José Luiz Fiorin (1990) o discurso (produto final do jornalismo) independentemente da linguagem midiática utilizada, é frágil por estar sujeito a manipulações. O autor classifica a manipulação em dois diferentes grupos: a consciente e a inconsciente. No campo da manipulação consciente, o falante (neste contexto o profissional de imprensa) lança mão de estratégias argumentativas e de outros processos para criar efeitos de sentido de verdade ou realidade pretendendo convencer seu interlocutor. No caso da manipulação inconsciente, o receptor fica suscetível à assimilação e aceitação da mensagem passada por refletir a maneira de ver o mundo numa dada formação social. É como usar, por exemplo, discursos já cristalizados, como “o dinheiro não traz felicidade”, “vencem os mais fortes”, etc.

Portanto, de acordo com essa concepção, ao jornalista cabe somente avaliar se a notícia tem importância ou se desperta interesse do público. São as únicas decisões que neste

momento inicial lhes são exigidas em relação ao fato. A partir desse ponto, o profissional deve seguir as normas de apuração e redação, tentando ao máximo respeitar a veracidade das informações.

De acordo com os estudos em torno do *newsmaking* (teoria do jornalismo que dá ênfase à produção de informações e à transformação dos fatos em notícia), durante o processo de filtragem dos dados efetuado pelos jornalistas acontece uma distorção involuntária das informações. Esse processo está ligado, segundo Antonio Hohlfeldt (2001), ao modo pelo qual se organiza, se institucionaliza e se desenvolve a função jornalística. Essas distorções que, de acordo com o autor, nada têm a ver com manipulação, acontecem de forma inconsciente e involuntária. Porém, ele destaca que essas intervenções do profissional do jornalismo na escolha do conteúdo a ser publicado podem ser perigosas “na medida em que omitem ou marginalizam acontecimentos que, por vezes, poderiam ser efetivamente importantes e significativos ao menos para determinadas coletividades”.

O autor destaca ainda que, nos dias atuais, as informações chegam às redações dos veículos sem que o profissional tenha que se esforçar para obtê-las. Ele deve, portanto, selecionar do conjunto de dados o grupo de informações a serem transformadas efetivamente em notícia. O teórico ressalta ainda que a noticiabilidade de um fato pode ser analisada de acordo com a sua possibilidade de integrar-se ou não ao fluxo normal e rotineiro da produção de informações.

A noticiabilidade é um conjunto de regras práticas que abrange um `corpus` de conhecimento profissional que, implícita e explicitamente, justifica os procedimentos operacionais e editoriais dos órgãos de comunicação em sua transformação dos acontecimentos em narrativas jornalísticas. Reúne o conjunto de qualidades dos acontecimentos que permitem uma construção narrativa jornalística e que os recomendam enquanto informação jornalística. (HOHLFELDT, 2001, P.208)

A noticiabilidade estaria, portanto, associada ao “valor-notícia” do fato, isto é, ao conjunto de elementos e princípios através dos quais os acontecimentos são avaliados pelos meios de comunicação de massa, em sua potencialidade de produção de resultados e novos

eventos, caso sejam transformados em notícia. Os “valores-notícia” são agrupados em cinco categorias que levam em conta: 1) a relação entre acontecimento em si e seus personagens (a relevância do assunto e seu impacto sobre a sociedade, por exemplo); 2) a disponibilidade de materiais e acessibilidade do acontecimento; 3) os meios de comunicação de massa (como o modo de formatação da narrativa jornalística e o equilíbrio entre material visual e texto verbal); 4) o público e seus anseios; 5) a concorrência entre os meios de comunicação.

Além disso, os estudos sobre o *newsmaking* agrupam os fatores que permeiam e influenciam a atividade dos profissionais do jornalismo, dividindo-os em dois grandes blocos: a cultura profissional dos jornalistas, e a organização específica do trabalho e da produção da informação, em suas relações e conexões, avaliadas por cada veículo.

Portanto, como mediadores daquilo que chamamos “realidade”, os jornalistas são passíveis de equívocos, por não terem alternativa que não seja utilizar suas predisposições pessoais no exercício diário da atividade. LAGE (1998) salienta que nenhum jornalista está imune aos compromissos culturais e de classe. Porém, mesmo que a objetividade seja realmente um mito, o jornalista deve se orientar em busca da verdade, e não medir esforços para conceber um produto o mais verídico possível.

Segundo Ismar Oliveira Soares (1983), os responsáveis pela disseminação dos conteúdos dos veículos de comunicação têm critérios a seguir. Entre eles, destaca: 1) reprodução da verdade; 2) reprodução das versões de todas as partes envolvidas; 3) neutralidade diante dos fatos (o periódico não participa da notícia, apenas “vê” a notícia para o leitor); 4) Defesa dos interesses do receptor.

Porém, nem sempre esses princípios são seguidos por todos os profissionais dos veículos de comunicação. Nos quase duzentos anos de imprensa no Brasil, são inúmeros os casos de erros e retratações por parte dos veículos de comunicação. Em decorrência de diversos fatores (que serão abordados mais à frente neste trabalho), a imprensa comete

equivocos, e vez ou outra, publica informações inverídicas ou “meias-verdades”. As chamadas “barrigas” acabam por difamar, condenar inocentes e ocasionar conseqüências desastrosas.

Para Kucinski (1998), o jornalismo brasileiro é deficiente em precisão e em capacidade analítica. E vai além. “É mestre na calúnia, na injúria e difamação”. A história do jornalismo no Brasil permite destacar uma série de episódios nos quais notícias falsas já prejudicaram milhares de pessoas, sejam elas conhecidas ou não. A conduta antiética de alguns jornalistas resulta em falhas tão grandes que alguns casos se tornaram clássicos na história da imprensa.

É o que aconteceu com a Escola Base de São Paulo, no qual vários órgãos de imprensa publicaram acusações de que um casal de pedagogos, proprietários da escola, estariam praticando pedofilia. O caso surgiu como boato por meio de um delegado que investigou a denúncia e acabou soando como verdade. O casal foi indiciado sob a acusação de atentado violento ao pudor e formação de quadrilha. Mais tarde, as acusações se provaram infundadas e a Justiça determinou que os caluniados fossem indenizados. Isso não impediu que os envolvidos no falso escândalo fossem prejudicados, pois a escola foi fechada.

A onda de equivocos graves cometidos pelos jornalistas deixa transparecer que os veículos de comunicação de massa não têm priorizado a prática do verdadeiro jornalismo. Entrando na acirrada luta pela audiência e influenciada pelo imediatismo, pela instantaneidade e pela busca incessante do furo jornalístico, a imprensa apura mal, mente, distorce ou omite.

Na obra “Elementos do Jornalismo”, de Bill Kovach e Tom Rosenstiel (2003) há uma lista com nove orientações fundamentais para o exercício da profissão jornalística: 1) a primeira obrigação do jornalismo é a verdade; 2) sua primeira lealdade é com os cidadãos; 3) sua essência é a disciplina da verificação; 4) seus profissionais devem ser independentes dos acontecimentos e das pessoas sobre as que informam; 5) deve servir como um vigilante

independente do poder; 6) deve outorgar um lugar de respeito às críticas públicas e ao compromisso; 7) tem de se esforçar para transformar o importante em algo interessante e oportuno; 8) deve acompanhar as notícias tanto de forma exaustiva como proporcionada; 9) seus profissionais devem ter direito de exercer o que lhes diz a consciência.

Para os autores, a prática desses itens deve ser priorizada na atividade diária da profissão. Afastar-se desses princípios significaria o mesmo que se distanciar do jornalismo.

Funcionários de todos os segmentos da sociedade não estão imunes ao erro durante o exercício profissional mas, no caso dos jornalistas, os equívocos podem desencadear situações difíceis de se reverter. Segundo Pena (2005), a retratação não costuma ter o mesmo espaço das acusações. “E mesmo que tivesse, a credibilidade do injustiçado não seria restituída, pois a mentira fica marcada no imaginário popular. Quem tem a imagem pública manchada pela mídia não consegue recuperá-la. Está condenado ao ostracismo.”

Erros acontecem todos os dias no mercado das notícias. Mas muitos deles poderiam ser evitados. Todo jornalista conhece bem as regras para a execução do seu trabalho. Sabe que deve ouvir todos os lados envolvidos em um acontecimento, que deve avaliar o conteúdo informativo que tem nas mãos e que, no final do processo, seu objetivo nada mais é que levar informação à sociedade. Mas por que constantemente, a imprensa vira notícia devido aos erros que comete?

2.1 A PRECARIZAÇÃO DA PROFISSÃO

Para o autor português Manuel Pinto, o jornalismo passa, atualmente, por um período de mudanças.

Diante do panorama da mudança, nem sempre claramente caracterizada, são múltiplos e contraditórios os sentimentos, os discursos e os comportamentos. Os cenários da crise – assumida ou renunciada – vêem-se povoados de lógicas de sinal diverso, sendo, por vezes, difícil de distinguir entre o saudosimo mitificador e o exercício da crítica consistente. Nesse contexto, assumimos a mudança como

situação crítica e, naturalmente evolutiva, cujos contornos e desenvolvimentos não se encontram ainda bem definidos (PINTO, 2004, p.1)

Segundo ele, a atividade do jornalismo se encontra descaracterizada nos dias atuais, devido a uma crise desencadeada, principalmente, pelo desenvolvimento da tecnologia. O espanhol Martínez Albertos concorda com tal assertiva. No artigo *El ocaso del periodismo* (1997), ele exalta uma visão crítica e decepcionada do exercício do jornalismo em nossa sociedade atual. De acordo com o autor, “os jornalistas perderam o rumo do seu ofício e cada vez mais sabem menos qual o papel lhes cabe no grande teatro do mundo”.

No século XX, ao mesmo tempo em que a sociedade acompanhou o crescimento vertiginoso das empresas de comunicação que, cada vez mais, absorveram as tecnologias para otimizar o processo de produção e circulação de notícias, se iniciou um processo de descaracterização da atividade jornalística.

Sylvia Moretzsohn (2002) destaca que o jornalismo, submetido às leis de mercado, se afasta de seu mote primordial: deixar o receptor informado sobre os fatos relevantes que acontecem no mundo.

A imprensa convive, como atividade industrial, com uma contradição intrínseca ao seu lema tradicional, e certamente mistificador, de `dar a verdade em primeira mão` (uma variante daquilo que os americanos definiam como `get it first, but first get it right`). Mistificador porque fala em verdade genericamente, quando se trata de entendê-la no sentido estrito de informação verdadeira, relativa a fatos que realmente ocorreram – e que comportam interpretações diversas; mistificação necessária, porém, para a sedimentação de outro mito, da imparcialidade, que garante à imprensa o seu lugar de autoridade. De qualquer forma, a verdade, ao contrário do que afirma o lema, costuma ficar submetida à necessidade de veiculação de notícias em primeira mão (dadas as imposições da concorrência), trazendo como resultado, freqüentemente, a divulgação de informações falsas, ou apenas parcialmente verdadeiras, com conseqüências às vezes catastróficas. (MORETZSOHN, 2002, P. 11)

Pinto (2004) sublinha que o impacto da Internet no jornalismo acentuou a percepção de que a atividade jornalística se encontra numa crise acentuada.

Alguns investigadores falam mesmo no `ocaso` e até na `morte do jornalismo`. Apesar do recrudescimento recente de tais discursos, a dita crise parece ser, porém, mais vasta e complexa. A Internet e os desafios que ela tem vindo a colocar, é considerada, neste contexto, como um agente detonador de transformações, mas

igualmente como um revelador de tendências e de contradições que afetam, há já algum tempo, o campo jornalístico. (PINTO, 2004, P. 4)

Para Marcondes Filho (2000), esse fenômeno é reflexo da crise da cultura ocidental. De acordo com o autor, o fim da Modernidade instaura um processo universal de desencanto, no qual as pessoas são menos engajadas politicamente e demonstram estar cada vez menos interessadas no debate das questões sociais.

Vivemos a época dos sistemas de comunicação eletrônica, das redes de informação e formas interativas de produção, fornecimento e difusão de informações. Inevitavelmente, as novas tecnologias agem em dois diferentes planos: influenciam o trabalho jornalístico e interferem radicalmente nos conteúdos.

Isso tanto aumenta a sobrecarga de trabalho do jornalista, quanto reduz cada vez mais a si mesmo. Além disso, a tecnologia imprime seu ritmo e sua lógica às relações de trabalho, definindo os novos profissionais, a nova ética de trabalho, em suma, outro mundo que mal deixa entrever os sinais do que se convencionou chamar no passado de “jornalismo” (MARCONDES FILHO, 2000, p. 31)

Sobrecarregados, os jornalistas dispõem de menos tempo para conduzir suas pesquisas e produzir seus textos em redações que funcionam com um quadro de funcionários cada vez mais reduzido. De acordo com Moretzsohn (2002), as condições de trabalho também deixam os jornalistas mais propensos ao equívoco, ao levá-los a agir e pensar automaticamente, de modo a economizar tempo e cumprir todas as suas tarefas cotidianas no prazo. Nesse contexto, a ditadura do *deadline* dá margem ao aparecimento daquilo que Marcondes Filho classifica como “preguiça profissional”: os jornalistas não realizam pesquisas, consultam sempre as mesmas fontes e, muitas vezes, acabam se atendo a informações de assessorias de imprensa, sem ao menos checar a veracidade dos fatos.

O autor defende que, com a consolidação da Internet como um veículo de comunicação de massa, o que prevalece, muitas vezes, é a agilidade para se redigir uma lauda. Os princípios básicos de apuração e produção das notícias são colocados em segundo plano, em detrimento da busca pela instantaneidade, pelo imediatismo. Com um volume maior de

trabalho, e cada vez menos tempo para fazê-lo, o jornalista acaba por desempenhar sua função de modo superficial e irresponsável. A busca pela instantaneidade tem levado a mídia a cometer inúmeros erros e verdadeiras derrapagens, como sublinha Moretzsohn.

O ritmo veloz de produção gera ainda outras conseqüências importantes: obriga o repórter a divulgar informações sobre as quais não tem certeza; reduz, quando não anula, a possibilidade de reflexão no processo de produção da notícia, o que não apenas aumenta a probabilidade do erro, como, principalmente, e mais grave, limita a possibilidade de matérias com ângulos diferenciados de abordagem, capazes de provocar questionamentos no leitor; e, talvez mais importante, praticamente impossibilita a ampliação do repertório de fontes, que poderiam proporcionar essa atividade. (MORETZSOHN, 2002, P.70)

No entanto, Eugênio Bucci (2000) nota que quando se fala em jornalismo, a pressa não é, como se diz popularmente, inimiga da perfeição; pelo contrário, ela faz parte do ideal de perfeição. Quanto mais rapidamente a notícia chega ao público, melhor. Mas nesse contexto, o profissional se vê entre dois princípios distintos: a agilidade e a precisão na atividade.

Se a informação de que o jornalista dispõe ainda não está checada, ela é apenas uma pista, não é uma notícia; é uma possível notícia. Ao publicá-la, correndo o risco de ter que corrigi-la adiante, ele assume também o risco de distorcer os fatos. (BUCCI, p.140-141)

Para Moretzsohn (2002) o advento do jornalismo em `tempo real` contribui para o surgimento de uma contradição. “Afinal, que sentido haveria investir na última palavra em tecnologia se o que interessa não é a qualidade da informação, mas sim chegar mais rápido que o concorrente”?

A concorrência entre os veículos estimula a agilidade dos veículos, mas isso não deve ser confundido com a pressa essencial à prática do jornalismo. O *deadline* sempre deve ser cumprido, mas, acima das exigências de velocidade do mercado, deve estar o compromisso com a verdade.

Moretzsohn informa que os princípios clássicos do jornalismo baseiam-se na idéia de “esclarecer os cidadãos” , relacionada a critérios de objetividade que dizem respeito ao

suposto poder de verdade contido nos próprios fatos. De acordo com a autora, apesar de muito criticada, essa idéia sobrevive até hoje nos manuais de redação e nas declarações de princípios dos veículos de comunicação.

Inevitavelmente, a precarização dos princípios básicos no jornalismo ameaça a qualidade informativa e prejudica o resultado final. Pressionado para desempenhar sua função cada vez mais rápido, o profissional muitas vezes despreza etapas importantes e até imprescindíveis do exercício jornalístico.

Ramonet (1999) salienta que produção jornalística informatizada, tal qual acompanhamos hoje, tende a “triturar” os fatos e as análises, transformando-os em produto. Na busca pela audiência em um mercado concorrido, o objetivo é atrair a atenção do espectador.

Nos dias de hoje, o redator chefe ou o diretor de um jornal não perguntam mais se uma informação é verdadeira, mas se ela é interessante. Se for constatado que ela não é interessante, não é publicada. De um ponto de vista ético, é uma mudança considerável. (RAMONET, 1999, p. 25-26)

A degradação do ambiente de trabalho indiscutivelmente também tem tornado a vida do jornalista cada vez mais difícil. O que se vê é uma tendência a enxugar o quadro profissional ao máximo, o que resulta em um acúmulo de funções, sem que, muitas vezes, o profissional esteja apto ou preparado para desempenhá-las. Para Marcondes Filho (2000), o trabalho do jornalista passa, progressivamente, por um processo de desintegração. Com um reduzido quadro de funcionários nas redações, é criada uma nova situação de trabalho.

Não que seja afetada a produção do texto, que de qualquer forma sempre foi um trabalho individual: jamais se produziu um texto “em conjunto”, numa redação de jornal; o que é afetado é o ambiente de produção. Desaparecem os eventos marginais da atividade (a consulta ao colega, a conversa relaxante, os eventuais apoios ou críticas), em suma, o clima – inconscientemente – solidário da atividade. (MARCONDES FILHO, 2000, p.50)

Segundo Eugênio Bucci (2000), o trabalho isolado eleva de forma significativa a chamada “exploração da mais-valia”: os jornalistas trabalham mais pela mesma remuneração, se esgotam mais e estão mais sujeitos ao estresse, à estafa e, portanto, ao equívoco.

As más condições de trabalho provocam outras conseqüências que degeneram a qualidade do trabalho do jornalista: tendo mais trabalho para desempenhar em menos tempo, e sentindo-se cada vez mais desestimulados, os profissionais acabam transferindo o descontentamento para a prática nas redações no dia-a-dia. Dessa forma, eles recorrem cada vez menos à pesquisa e consultam sempre as mesmas fontes (normalmente aquelas que estão sempre disponíveis e que falam bem). É muito difícil que o jornalismo praticado sob essas condições satisfaça minimamente a função a que se destina: informar à sociedade da forma mais objetiva possível.

Devido ao pequeno número de pessoal e à pequena disponibilidade de tempo, os jornalistas se mostram ativos apenas na busca de um pequeno número de fontes regulares que anteriormente tenham se mostrado disponíveis e adequadas; os jornalistas são bastante passivos para outros tipos de pesquisa. Em muitos casos, os jornais de circulação nacional dependem de serviços telegráficos ou de outros *media* (locais e nacionais) para descobrir notícias; só posteriormente é que designam seus próprios repórteres a fim de obter uma outra versão ou outros ângulos de reportagem. (GANS *apud* MORETZSOHN, 2002, P. 68)

Deste modo, o que se constata é um quadro de precarização da profissão, no qual os profissionais se escondem atrás das deficiências que permeiam o exercício do jornalismo e desprivilegiam o compromisso com a sociedade.

Retomar uma discussão sobre os compromissos éticos dos profissionais configura, portanto, uma premência para que se desenhe um quadro dos desafios enfrentados pelo jornalismo contemporâneo. Nesse sentido, o capítulo que segue apresentará as implicações éticas concernentes à atividade jornalística e as conseqüências dos desvios éticos por parte dos jornalistas.

3 A QUESTÃO DA ÉTICA NA IMPRENSA

Na ocasião do seminário “Ética na Imprensa – realidades e desafios no Brasil”, que aconteceu em São Paulo no ano de 1996, o jornalista americano George Krimski comentou que o debate sobre a ética jornalística se tornou um assunto “quente” nos dias atuais¹. Para ele, cada um que é atingido pelos meios de comunicação de massa em nossa sociedade parece se tornar um crítico de mídia. Ele justificou o que torna a ética tão importante.

Os jornalistas estão sempre falando sobre a necessidade de terem credibilidade. Eles precisam ganhar a confiança dos leitores, já que estão prestando um serviço público. E o público somente pode confiar neles se eles forem confiáveis. É nesse ponto que entra a ética”. (KRIMSKI, 1996, P. 1)

A ética pode ser definida genericamente como “parte da filosofia que estuda os valores morais da conduta humana; conjunto de princípios morais que se devem observar no exercício de uma profissão²”. O fundador do Instituto de Ética Global, Rushworth Kidder, sintetiza: “ética é a obediência ao que não é obrigatório”.³ Indo além, Marcondes Filho sublinha que ela pode ser considerada como “um conjunto de valores (o bem, o mal, o permitido, o condenável) para avaliar a moralidade das ações”. Em suma, Eugênio Bucci (2000) define:

Mais que um rol de normas práticas, a ética jornalística é um sistema com uma lógica própria. Não é um receituário; é antes um modo de pensar que, aplicado ao jornalismo, dá forma aos impasses que requerem decisões individuais e sugere equações para resolvê-los. (BUCCI, 2000 P. 15)

Inicialmente, os princípios internacionais da ética no jornalismo foram discutidos e difundidos a partir da 4ª Reunião Consultiva de Organizações Nacionais e Regionais de Jornalistas, sediada em Praga e Paris, em 1983. No Brasil, o código de ética dos jornalistas

¹ Ver “A obediência ao que não é obrigatório”, texto de George Krimski publicado pelo Instituto Gutenberg em maio de 1996, disponível em (www.igutenberg.org).

² Definição encontrada na enciclopédia virtual Wikipédia – www.wikipedia.pt.org

³ Idem.

entrou em vigor no ano de 1987, depois de ser aprovado no Congresso Nacional dos Jornalistas.

No código de ética dos jornalistas, criado em 1985, encontramos a definição de que o documento “fixa as normas a que deverá subordinar-se a atuação do profissional, nas suas relações com a comunidade, com as fontes de informação, e entre os jornalistas”. A *priori*, se o documento não for respeitado, o jornalista poderá sofrer punições que vão desde a advertência até à expulsão do sindicato da classe.

Kucinski (2005) defende que o jornalismo clássico é regido por uma ética de princípios. O mais importante deles, para o autor, é a busca e a socialização da verdade de interesse público, que ele chama de “imperativo categórico da verdade”.

Na ética de princípios não cabe ao jornalista dosar as verdades que devem ser reveladas, ou suprimir informações por razões táticas, já que sendo a verdade um imperativo categórico, ele não pode fugir da verdade, ou com ela contemporizar. E mais, se ele esconder a verdade ou parte dela, passa a ser cúmplice de todas as más conseqüências da sua supressão. Pelo imperativo categórico da verdade, verdade e mentira não estão no mesmo plano. O jornalista não é responsável pelas conseqüências de dizer a verdade, mas é responsável pelas conseqüências de suprimi-la. (KUCINSKI, 2005, P. 2)

Ciro Marcondes Filho (2000) afirma que os jornalistas não são profissionais muito entusiasmados com as discussões em torno da ética. E que ao receberem críticas, instantaneamente buscam abrigo na liberdade de imprensa, como se esta lhes desse a garantia de uso “ilimitado e impune da voz e da palavra escrita”.

Fato é que a dissonância entre as normas recomendáveis à prática do jornalismo e a realidade cotidiana enfrentada pelos profissionais faz com que a discussão ética seja relegada a segundo plano. Todos os jornalistas sabem o que devem fazer e de que maneira fazer, mas diante dos dilemas que surgem no exercício da atividade, eles prescindem das condutas consideradas éticas.

É preciso checar uma informação antes de publicá-la”, “os indivíduos têm direito à privacidade”, “ninguém é culpado até que o processo transite em julgado”. Não há quem discorde disso, e, depois, na competição diária pela notícia exclusiva, repórteres e editores atropelam aqui e ali esses e outros princípios. E tudo continua como antes. Discutir generalidades, então, para quê? (BUCCI, 2000, P.38)

Para o autor, essa “má vontade” em relação ao tema é consequência da postura arrogante adotada por muitos profissionais.

Os jornalistas se recusam a prestar contas a quem quer que seja. O paradoxo, contudo, é apenas aparente: o não falar de ética parece querer exprimir uma atitude de autonomia perante esferas externas, como a do poder e a dos negócios, mas no seu fundamento essa pretensa autonomia é apenas arrogância. Pode-se dizer que a arrogância jornalística não é outra coisa senão a afirmação de uma auto-suficiência ética. É como se a imprensa proclamasse: minha função é informar o público, mas os meus valores não estão em discussão, os meus métodos não são da conta de mais ninguém – eles são bons, corretos e justos por definição. (BUCCI, 2002, P. 39)

Bucci ainda destaca que o jornalismo brasileiro atualmente sofre de uma “auto-suficiência ética”, fazendo com que os veículos de comunicação acreditem que não devem prestar contas à sociedade e que eles mesmos podem definir o que seria bom ou ruim, certo ou errado, esquecendo-se de sua função primordial: servir ao cidadão. Para o autor, a auto-suficiência ética é a negação do jornalismo e, conseqüentemente, a negação da ética.

3.1 OS DILEMAS PROFISSIONAIS

Os dilemas éticos fazem parte da rotina do jornalista. Atuando em um setor de grande responsabilidade social e, muitas vezes, encarando o acúmulo de trabalho e o desafio da instantaneidade, o jornalista se vê pressionado a desempenhar sua função de forma quase automática. Christofolletti (2005) diz que a rotina faz com que os jornalistas tenham que tomar as decisões “por reflexo, e não por reflexão”.

É certo que, numa redação, não há muito tempo para que se façam assembléias ou fóruns de discussão ética a cada momento que um dilema surja. É fato também que, mesmo que haja discussão, o prazo para tais reflexões é sempre exíguo. De qualquer forma, a história do jornalismo mostra que os profissionais ficam mais propensos ao erro quando estão submetidos à pressão e a condições desgastantes, com as exigências por qualidade e as cobranças pelos cumprimentos dos prazos. (CHRISTOFOLLETTI, 2005, P. 2)

Em *A saga dos cães perdidos* (2000), Ciro Marcondes Filho enumera os principais deslizes éticos da prática jornalística:

- 1- Apresentar um suspeito como culpado.
- 2- Vasculhar a vida privada das pessoas, publicar detalhes insignificantes de personalidades, de autoridades para desacreditá-las.
- 3- Construir uma história falsa, seja em apoio a versões oficiais, seja para justificar uma suspeita.
- 4- Publicar o provisório e o não-confirmado para obter o furo. Transformar o rumor em notícia.
- 5- Filmar ou transmitir um suicídio ao vivo.
- 6- Expor pessoas para provar um flagrante.
- 7- Aceitar a chantagem de terroristas
- 8- Incitar “rachas”.
- 9- Maquiar uma entrevista coletiva ou exclusiva.
- 10- Comprar ou roubar documentos.
- 11- Gravar algo à revelia, instalar microfones escondidos.
- 12- Omitir que se é jornalista para obter confidências.

O autor complementa que, atualmente, os meios de comunicação de massa estimulam o furo e o impacto, e até chegam a basear suas atividades na busca desses fatores. Ele destaca que, nesse contexto, o grande volume de informações e a rapidez habitual com que é desempenhado o trabalho, associados ao anonimato em que vive a maioria dos jornalistas, estimulam as práticas antiéticas da profissão.

É natural que, se num primeiro momento a notícia de fato ganha todas as manchetes, projetando o jornalista, tornando-o por algum tempo a vedete do dia, a descoberta de procedimentos incorretos do ponto de vista profissional o desmoraliza, criando uma marca negativa em seu currículo. Pior que ser anônimo, é ser um jornalista de má fama. Mais tudo indica que o momento do furo fale mais alto, o fascínio da projeção cegue, e que profissionais oportunistas contem com a “memória fraca” do público. (MARCONDES FILHO, 2000, P.132)

Para Ryszard Kapucinski (2002), o jornalista tem se tornado cada vez mais um “trabalhador de mídia”, demonstrando uma alteração importante no perfil dos profissionais. Além disso, o autor destaca uma mudança de prioridade na pauta dos jornais.

Outrora, a veracidade de uma notícia representava o seu maior valor. Nos dias de hoje, o redator-chefe ou o diretor de um jornal não perguntam mais se uma informação é verdadeira, mas se ela é interessante. Se for constatado que ela não é interessante, não é publicada. Do ponto de vista ético, é uma mudança considerável. (KAPUCINSKI *apud* MORETZSOHN, 2002, P. 153)

Em diversas ocasiões, os deslizes éticos são justificados pela suposta pressão por parte do público. Para Moretzsohn (2002), esse pensamento faria sentido se levássemos em conta uma mudança na orientação no trabalho jornalístico. Dessa forma, a notícia, tal qual uma mercadoria, seria oferecida com o simples intuito de agradar o consumidor. “Como mercadoria, a notícia deve ser oferecida de acordo com o gosto do freguês”. Sob a égide da ideologia “o povo tem direito de saber”, muitos jornalistas atropelam princípios éticos importantes no exercício da atividade e, muitas vezes, cometem atos passíveis de reprovação.

A imprensa defende-se, dizendo que atende a curiosidade popular, que apenas lhe “satisfaz”. Ou seja, ela apela para instintos humanos, um conceito vago e polêmico, o mesmo que justifica o sensacionalismo de vasculhar vidas privadas, ou de filmar suicídios. É uma forma de se inocentar, jogando o problema para um círculo vicioso maior, sem causador nem vítima, um movimento cego e incontrolável. (MARCONDES FILHO, 2000, P.132)

Contudo, no jornalismo, diferentemente das outras áreas, os limites entre a conduta “eticamente condenável” e a recomendável no exercício da profissão, frequentemente, estão separadas por linhas tênues. Em diversos casos, é difícil saber como proceder, se é correto ou não, por exemplo, tentar obter uma informação através de meios considerados ilegítimos e torná-la pública. É o que acontece diante da dúvida “usar ou não uma câmera, um microfone escondido para conseguir uma notícia de impacto?”. Sobre a questão, Bucci (2000) relata:

Em 1999, foram publicadas na imprensa brasileira algumas reportagens sobre a venda de gasolina adulterada. Se os repórteres se identificassem logo de início perante os traficantes de combustível diluído em solvente (diluído contra a lei), jamais poderiam chegar aos depósitos clandestinos. [...] Sem esse recurso, a imprensa não teria como obter as informações sobre a conduta ilegal que lesa o cidadão, expondo-o a riscos de vida (uma falha mecânica provocada pelo

combustível pode ocasionar acidentes graves), e lesa também o consumidor, prejudicando a conservação de seu automóvel. (BUCCI, 2000, P. 136)

Porém, de acordo com Marcondes Filho (2000) deve-se pisar com cuidado nesse terreno, pois nem tudo deve ser devassado. Ao se utilizar informações obtidas por meios que se afastam da apuração habitualmente recomendada, corre-se o risco de invadir o direito individual à privacidade. É o que acontece com frequência no ramo do entretenimento. Como salienta Bucci (2000), “fofoca vende jornal e dá audiência. Vende cada vez mais, numa escalada sem medidas”.

Na concepção de Ciro Marcondes Filho, a morte da princesa Diana, após um acidente de carro em 1997, está relacionada à excessiva invasão de privacidade. “Não houvesse a tietagem em torno da Lady Di, não teriam existido os *paparazzi*, não teria havido o acidente e a morte”. Sobre o episódio, Eugênio Bucci comenta que “A tragédia, no entanto, relembra a todos o desafio de um limite. Há de existir um limite – onde não existe limite, não existe ética”.

3. 2 OS DILEMAS DE PERSONALIDADE: JORNALISTAS CORRUPTÍVEIS?

Segundo Ciro Marcondes Filho (2000), os jornalistas de hoje são meros funcionários do ramo da notícia. “São jovens profissionais sem vinculação expressiva com projetos, ideais, princípios sociais maiores e que minimizam ou mesmo ridicularizam as preocupações de natureza ética ou moral”. Para ele, os profissionais da imprensa atual desejam apenas ascender rapidamente na carreira, além de “participar do brilho, da promoção e da publicidade que a imprensa oferece”.

O autor defende que, entre os jornalistas, existe um constante mal-estar e descontentamento em relação à profissão. Isso porque eles se sentem resignados, muitas vezes, diante de um mundo que conhecem por dentro, de cujo luxo e ostentação participam,

mas do qual provavelmente nunca colherão frutos. Portanto, essa convivência oscilante entre duas realidades distintas levaria à corrupção e aos deslizes éticos.

A grande massa de jornalistas é da categoria dos “em pé”, dos que perdem fins-de-semana e madrugadas fechando edições, reunindo notícias e preparando boletins, do exército de fotógrafos, repórteres, redatores anônimos ou desconhecidos, que jamais chegarão ao estrelato, envolvidos em tarefas massacrantes e que o tempo todo se perguntam se “jornalismo é isso”? (MARCONDES FILHO, 2000 P.135)

Outra questão polêmica que acompanha a atividade jornalística é a (já corriqueira) distribuição de presentes e gentilezas. No Brasil, segundo informa Eugênio Bucci, as redações dos veículos de comunicação recebem constantemente “pequenos agrados” de empresas, que variam de canetas a passagens de avião e hospedagens em hotéis de luxo. Essa prática aparentemente inocente pode influenciar o conteúdo informativo das publicações, especialmente as do segmento automobilístico e turístico.

Que dizer então, da possibilidade de ficar muitos dias num bom hotel, em um lugar de sonho, onde ocorreu uma viagem de imprensa, para repousar, com todas as despesas pagas por quem convidou? Para uma grande maioria dos jornalistas, a modéstia dos presentes recebidos – algumas garrafas de vinho ou de champanhe, uma caneta, um *gadget* – pode se transformar em modelo de marca, o champanhe ordinário em marca de renome e se torna difícil recusar quando já se instalou um longo hábito. (CHARON, *apud* MARCONDES FILHO, 2000, P. 141)

Eugênio Bucci afirma que onde existe o conflito de interesses, não há ética. Ele destaca que muitos jornalistas declaram que o recebimento de um presente não é capaz de lhes tirar a objetividade, pois não são “compráveis”.

O critério passa a ser, então, aquilo que cada um julga de si. “Eu sou honesto, e não é uma passagem de avião que vai me corromper!” ou “O importante é o meu caráter” etc. Ora, se é mesmo esse critério que deve valer, jamais serão estabelecidas normas universalizáveis de conduta. Acontece que o jornalismo, sendo função social, e sendo antes de tudo uma ética, é, sim, regido por normas de conduta. (BUCCI, 2000, P. 89)

Porém, definir os limites para essa prática é uma tarefa complexa. Um jornalista abordaria em uma matéria o fato de um modelo de carro recém lançado no Brasil ter sido “aposentando” na Europa, superado por modelos mais modernos, mesmo depois de ter

participado do lançamento em um *resort* paradisíaco, com todas as despesas pagas pela montadora de automóveis.?

Ciro Marcondes Filho salienta que um grande entrave à liberdade informativa está calcado na estreita relação entre os veículos e os anunciantes. No código de ética dos jornalistas, não há nenhum artigo que desaprove a divulgação de notícias negativas que envolvam as empresas que anunciam nos veículos. Porém, poucos profissionais conseguiriam fazer com que suas matérias fossem publicadas com o aval dos editores e proprietários dos veículos.

(...) o golpe talvez mais violento contra a autonomia jornalística e a produção de notícias sem compromissos com o poder e a economia veio com a supressão do muro que separava o poder publicitário do setor redacional dos grandes jornais. Isso quer dizer que se instalou uma visceral dependência entre o que se noticia e quem financia a empresa, comprometendo a informação livre e reduzindo o jornalismo, ainda mais, a uma atividade submetida ao capital. (MARCONDES FILHO, 2000, P.116)

Na visão de Emir Sader (*apud* MORETZSOHN), apesar de desempenhar uma função pública, a imprensa organiza-se majoritariamente sob a forma de empresa privada. Como toda corporação, busca a rentabilidade. E por isso, torna-se incompatível a busca pela maior lucratividade aliada à função de informar e ser um espaço minimamente democrático. O resultado disso é a perda significativa da dependência e da liberdade informativa, ocasionando, categoricamente, um entrave à isenção dos veículos de comunicação.

3.3 A MANIPULAÇÃO INADVERTIDA

A imprensa, sem dúvida, tem muito a aprender com os casos em que apurou de forma equivocada e cometeu erros de grande proporção. Foram inúmeros os episódios nos quais jornalistas transgrediram a ética profissional e provocaram graves danos pessoais aos acusados.

Walmir Salaro, jornalista da Rede Globo, assumiu recentemente, em uma entrevista, ter sido o primeiro a denunciar o suposto escândalo da Escola Base. Ele assegurou ter confiado nas afirmações da polícia, que chegou a apresentar laudos médicos para comprovar o abuso sexual por parte dos donos da escola. De acordo com um boletim⁴ divulgado pelo Instituto Gutenberg dois anos depois do episódio, “O pecado original foi da polícia, mas é cristalino que a mídia espetacularizou a denúncia e a seguir assumiu as acusações como verdade provada e fechou os olhos para o linchamento dos acusados”.

O tom adotado nas manchetes dos periódicos que publicaram notícias sobre o caso comprova que a mídia embarcou nas constatações da polícia . “Perua escolar carregava crianças para orgia” (Folha da Tarde), “Kombi era motel na escolinha do sexo” (Notícias Populares), “Escola de horrores” (revista Veja). E muitos outros veículos sentenciaram que a escola no bairro da Aclimação, em São Paulo, teria virado espaço para a prática de violência sexual contra crianças.

A imprensa errou porque divulgou apressadamente e condenou sem investigação. Mas muitos veículos da imprensa brasileira parecem ter aprendido pouco com o caso da Escola Base, visto que, por diversas outras vezes, informações que condenaram inocentes, baseando-se em informações pouco consistentes, apareceram com destaque em variados veículos de comunicação.

Recentemente, uma mãe de vinte e um anos foi manchete de jornais de todo o país, depois de ser presa acusada de matar a própria filha de um ano e três meses. Daniele Toledo do Prado teria colocado cocaína na mamadeira da criança. A imprensa de todo o país acusou a jovem, baseando-se em um laudo provisório da Polícia, que apontava ter encontrado vestígios da droga na boca da criança. Trinta e sete dias depois, o laudo definitivo da polícia concluiu: o pó branco analisado não era cocaína. Mas em nenhum momento a imprensa divulgou que o

⁴ ver “A última aula da Escola Base”, boletim 12, novembro – dezembro de 1996, disponível em www.igutenberg.org

primeiro laudo era apenas provisório e que seria necessário aguardar o definitivo para afirmar a culpabilidade de Daniele. E também não foi noticiado que o chamado *blue test* só é eficiente para substâncias puras - portanto, como se tratava de uma mamadeira, qualquer que fosse a substância, ela estaria misturada ao leite consumido pela criança.

Na matéria do portal de notícias na Internet da Rede Globo, o G1, do dia 30 de outubro, consta: “A suspeita de que o bebê teria morrido de overdose surgiu quando os médicos que atenderam a criança encontraram um pó branco em sua língua. A polícia fez uma busca na casa da mãe e encontrou uma mamadeira, na qual foram detectados resíduos da droga”. Ou seja, o repórter afirma em seu texto que efetivamente se tratava de cocaína.

Para o leitor, diante da afirmação do repórter, não há dúvidas de que a criança realmente ingeriu cocaína, fazendo com que, instantaneamente, a culpa recaísse sobre a mãe. O que era uma suspeita tomou aparência de verdade, depois de ser exaustivamente repetida pela mídia.

Ignácio Ramonet declara que os meios de comunicação então tendo cada vez mais dificuldade para diferenciar os rumores das notícias.

Os *media* conseguem cada vez menos distinguir estruturalmente o verdadeiro do falso. Também a Internet agrava as coisas, pois o poder de publicar é agora descentralizado, qualquer rumor, verdadeiro ou falso, torna-se informação, e hoje se desfazem os controles, efetuados anteriormente pela chefia da redação. (RAMONET, *apud* MARCONDES FILHO, 2000, P. 128)

O efeito negativo da publicação de informações inverídicas ou “meias-verdades”, para o autor, é agravado por um fenômeno que ele classifica como “mimetismo midiático”. De acordo com esse preceito, as notícias são publicadas em “efeito cascata”, pois todos partem em busca das mesmas notícias. Dessa forma, a repetição de uma afirmação seria capaz de dar-lhe ares de verdade. “Um acontecimento é verdadeiro porque os outros *media* repetem as mesmas informações e as confirmam”. Sobre ao assunto, Marcondes Filho comenta:

Quando um jornal, uma emissora de rádio ou televisão dão um furo, todos os outros o acompanham, repercutindo a mesma notícia. Numa reação orquestrada, contínua

e geral. E quanto mais os *media* falam da mesma notícia, mais verdadeira ela parece. (MARCONDES FILHO, 2000, P.114)

O autor alega ainda que, em muitos casos, dispondo de informações pouco explicadas ou que possam causar polêmica, os repórteres buscam nas aspas a solução para todos os problemas. Não raro, durante as apurações, eles querem rapidamente encontrar uma fonte que lhes confirme a sua versão dos fatos. Ou seja, freqüentemente, os jornalistas atribuem à fala de terceiros o que querem afirmar mas não podem, já que não investigaram os fatos com precisão. Para Kleber Mendonça (*apud* MORETZSOHN), o recurso das aspas permite a apropriação da fala do entrevistado. Dessa forma, o veículo se exime da responsabilidade de ter que responder por uma declaração polêmica.

Conclui-se, portanto, que muitos são os deslizes éticos que interferem na qualidade informativa que chega à população. A “preguiça profissional”, destacada por Ciro Marcondes Filho, e a busca incessante pelo furo se mostram capazes de influenciar negativamente o conteúdo difundido pelos veículos.

3.4 A MANIPULAÇÃO CONSCIENTE

Não é de hoje que a imprensa embarca em afirmações infundadas e publica histórias inverídicas. Contudo, na maioria dos casos, tratam-se de equívocos proporcionados pelas falhas na apuração ou pela ausência de investigação, conseqüências do ritmo veloz imprimido à rotina dos jornalistas.

Muitas vezes, eles próprios não se convencem da veracidade da informação que têm nas mãos, mas, diante do potencial de impacto que a notícia apresenta, optam por torná-la pública - mesmo que saibam que possam ter que retificar os dados mais tarde. Porém, em alguns casos, a imprensa distorce, omite ou acusa de forma consciente, para beneficiar ou desfavorecer pessoas ou instituições.

Tomemos como exemplo um caso notório de manipulação da informação: em 1984, o Jornal Nacional, da Rede Globo de Televisão, enganou os telespectadores. Na época, milhares de brasileiros foram às ruas protestar contra as eleições indiretas para presidente, movimento que ficou conhecido como “Diretas já!”. Naquele 25 de janeiro, havia uma manifestação que contava com dezenas de milhares de pessoas na Praça da Sé, em São Paulo. Porém, em lares de todo o país, o telespectador foi informado de que a mobilização nada mais era que a comemoração do aniversário da cidade. Como comenta Eugênio Bucci (2000), “...pelos noticiários da Globo, a campanha pelas diretas não existia”.

Quando a manipulação é praticada pelos grandes veículos, os efeitos negativos são ainda mais devastadores. Maior é a dificuldade para corrigir a informação, que rapidamente se espalha.

Você lança uma informação. Enquanto ela não for desmentida, ela é verossímil. A não ser que ocorra um acidente, ela jamais será desmentida em tempo real. Mesmo se for desmentida mais tarde, ela não será mais totalmente falsa, porque obteve credibilidade. (BAUDRILLARD, *apud* MARCONDES FILHO, 2000, P. 129)

É importante destacar que os jornalistas sabem que têm um grande poder nas mãos. Inclusive o de, na maioria das vezes, mediar o julgamento da população sobre os fatos relevantes do mundo. Por essa razão, eles deveriam, fundamentalmente, se dedicar à prestação de serviço informativo. Porém, sabe-se que muitos, na prática, se afastam dos princípios éticos no exercício diário do jornalismo, apesar de levantarem a bandeira da isenção e da objetividade.

Na história da imprensa brasileira, podemos citar diversos episódios nos quais matérias jornalísticas provocaram o “assassinato de reputações” injustamente. Um caso notório de erro jornalístico no Brasil foi o que aconteceu com o ex- deputado Ibsen Pinheiro. Em novembro de 1993, um furo de reportagem da revista Veja associou o nome de Ibsen Pinheiro à máfia dos Anões do Orçamento.

Uma foto de Ibsen em companhia de alguns dos "anões" investigados foi considerada prova de crime de formação de quadrilha, e uma movimentação financeira de mil dólares, por causa de um equívoco, se transformou em uma megaoperação de um milhão de dólares. Na época, o jornalista Luís Costa Pinto, da revista Veja, publicou uma reportagem de capa e a manchete "até tu, Ibsen"? ganhou as bancas de todo o país. Contudo, o jornalista afirma que quando descobriu o erro, a edição já estava fechada. E que o então editor-executivo da Veja, Paulo Moreira Leite, procurou uma fonte que pudesse confirmar a cifra de um milhão nas contas de Ibsen. O ex-deputado Benito Gama, mesmo sabendo do erro, deu apoio à quantia equivocada.

O objetivo do próximo capítulo é promover uma análise da matéria publicada pela revista veja em 17 de novembro de 1993 que, mais tarde, se tornou um exemplo de como a irresponsabilidade profissional pôde criar um clima de linchamento, capaz de culminar na cassação do mandato de Ibsen Pinheiro

4 O JORNALISMO “CANALHA”

Como já foi abordado em capítulos anteriores, além das distorções que podem ser superadas através de cuidados técnicos e éticos, há uma outra modalidade de distorção: a consentida. A princípio parece inconcebível que um profissional do jornalismo possa deturpar um fato ou publicar uma notícia falsa conscientemente. Afinal, seu compromisso maior é com a veracidade dos fatos, já que pesa sobre seu trabalho a responsabilidade de informar à população.

Porém, em diversas situações, jornalistas se afastaram da busca pela objetividade, favorecendo alguns, desmoralizando. Os casos em que a imprensa protagonizou escândalos por ter fugido à honestidade não é exclusividade brasileira. No âmbito internacional, os deslizes da imprensa também ganharam espaço nos jornais. Jason Blair, enquanto repórter do New York Times, fraudou uma série de artigos, nos quais abusava da criatividade, já que escrevia histórias mentirosas, publicadas durante dois anos. Em 2003, a farsa foi descoberta e o repórter foi punido, o que provocou, ainda, a queda do editor executivo, Howell Raines.

No Brasil, além do clássico caso de manipulação na divulgação do comício na Praça da Sé, em São Paulo (omitido pela rede Globo de Televisão e noticiado como comemoração do aniversário da cidade), a imprensa também nos fornece uma série de episódios nos quais se mostrou eficaz ao destruir reputações baseando-se em notícias falsas ou “meias-verdades”.

Um fato marcante na história política brasileira foi o episódio da edição do debate presidencial entre Luiz Inácio Lula da Silva e Fernando Collor, apresentado pela Rede Globo às vésperas das eleições. Na época, a emissora foi acusada de ter levado ao ar os melhores momentos de Collor e os piores de Lula. A matéria sobre o debate foi editada, de modo a favorecer a manipulação.

Eugênio Bucci (2000) argumenta que o assassinato de reputações é praticado pela imprensa brasileira com certa frequência. “Quando os personagens se situam acima da dignidade humana, e desfrutam de alguma reputação, aí, sim, entende-se que a imprensa é capaz de destruí-los. E de fato os destrói. Por distorção deliberada ou inadvertida.”

No território da política nacional, encontramos um grande volume de eventos polêmicos, principalmente no que se refere ao relacionamento das personalidades com os veículos de comunicação. Para Bernardo Kucinski, mídia e poder vivem uma relação conflituosa.

(...) poder e jornalismo têm uma interface absolutamente incompatível. O poder se vale da mentira. O jornalismo, apesar de às vezes se pautar por esquemas pré-concebidos ou de preferir a versão dos fatos, se norteia basicamente pela busca da verdade. É muito sério esse conflito entre poder e jornalismo. (KUCINSKI, 2005, P. 140)

4.1 O DENUNCISMO NA IMPRENSA

Em 1992, Alcení Guerra, na época ministro da saúde, fora aconselhado pelo presidente Fernando Collor a se aproximar de um opositor importante, o então governador do Rio de Janeiro, Leonel Brizola. O objetivo, como conta Mario Sergio Conti em *Notícias do Planalto* (1999), seria conduzir ações conjuntas do governo federal com o governo fluminense. O ministro, temendo se tornar um desafeto do “clã dos Marinho” (proprietários da Rede Globo e inimigos históricos de Leonel Brizola) tentou se safar da missão, sem sucesso. Logo começaram a surgir notícias maliciosas que em nenhum momento se referiam a Brizola; elas somente acusavam o ministro da saúde. Uma licitação para a compra de bicicletas, mochilas e guarda-chuvas que seriam usados pelos agentes de saúde no Norte e Nordeste do país, virou motivo de chacota (em uma matéria, o jornalista Alexandre Garcia, da Tv Globo, apareceu

andando de bicicleta, segurando um guarda-chuva), prática adotada por diversos outros veículos de comunicação.

Uma reportagem de “O Correio Braziliense” acusou Alceni Guerra de superfaturar a compra das bicicletas e ele se tornou alvo de investigações. Surgiram denúncias de mais de vinte irregularidades e várias outras notícias contra o ministério. Alceni deixou a pasta. Nove meses depois, ele foi inocentado pelo Tribunal de Contas da União, pelo Ministério Público Federal e pelo Supremo Tribunal Federal.

Para o jornalista Walter Ceneviva⁴, a divulgação da informação irresponsável, desacompanhada de elementos de comprovação, trata-se de denunciismo, que ele define como “a informação escandalosa, sem base, transmitida aos meios de comunicação social, particularmente à televisão, para prejudicar alguém”.

Kucinski (2004) diz que o jornalismo brasileiro tem uma tradição de crítica (por vezes infundadas) e divulgação de denúncias políticas. Para o autor, a denúncia da corrupção sempre esteve presente na imprensa do país. Ele destaca a figura de Carlos Lacerda que, em 1950, fez sua fama denunciando desmandos políticos. Seu ato mais forte, contra “a máquina de corrupção comandada por Gregório Fortunato”, culminou no suicídio de Getúlio Vargas em 1954.

O autor destaca ainda que, nos anos 90, a denúncia chegou a influenciar a linha editorial de periódicos importantes, como a *Folha de São Paulo*.

Surgiu no Brasil um tipo de jornalismo de denúncia valendo-se inclusive de recursos extremos, como gravação de fitas e escutas eletrônicas. Foi assim que a Folha de São Paulo descobriu a compra de votos para garantir a aprovação da emenda constitucional que permitiu a reeleição do presidente Fernando Henrique Cardoso em 1998. (KUCINSKI, 2005, P. 63)

Ao se fazer um resgate da história recente do Brasil, o que se constata é uma onda de denunciismo que surge atualmente na imprensa. Levantando a bandeira do direito à

⁴ Walter Ceneviva, “Denunciismo entre o estilingue e a vidraça”. *Folha de São Paulo*, 17/07/04

informação, veículos de comunicação publicam acusações, muitas vezes sem comprovação, atingindo reputações e colocando à prova a honestidade dos acusados. As notícias, que deveriam prestar um serviço público, se tornam libelos acusatórios na era das denúncias infundadas.

Kucinski (2005) explica que o “jornalismo de dossiê” é uma modalidade do denunciamento. Ele informa que esse tipo de prática jornalística se baseia em investigações feitas por outras instituições do Estado, que não a imprensa. Além disso, como destaca o autor, nunca se trata de notícias de fatos novos. “Seu conteúdo é um inventário de fatos acontecidos ou supostamente acontecidos no passado, às vezes desconhecidos”.

O autor explica como, muitas vezes, os jornalistas têm acesso às informações que utilizam para fazer denúncias.

O material, na forma de um conjunto de documentos, extratos bancários ou transcrições, é entregue a ele [jornalista] como um pacote fechado e assim é publicado, com uma ou outra corroboração de menor importância e que não altera o conteúdo original do dossiê. (KUCINSKI, 2005, P. 64)

Conclui-se, portanto, que na “era do denunciamento”, o que é rumor vira notícia, muitas vezes, sem que os fatos passem por uma investigação criteriosa.

Kucinski (2004) nota que que, no denunciamento, o objetivo não é averiguar a veracidade das informações, e sim, “linchar a vítima no espaço público da mídia”. Além disso, o autor afirma que ouvir o outro lado da questão nem sempre é regra. “(...) a vítima é ouvida apenas *pro forma*, em nada modificando o que já está montado”. Dessa forma, os jornalistas deixam de lado as regras básicas que constam em qualquer manual de redação, em nome da divulgação bombástica; um furo jornalístico parece ser justificativa para a má conduta profissional.

Moretzsohn (2002) aponta que vários estudos demonstram que as fontes oficiais mentem. Ela ressalta que, apesar disso, as fontes oficiais, na maioria das vezes, são acreditadas sem qualquer questionamento.

Em consequência, tanto podem ocorrer erros (...) como, o mais grave, a divulgação proposital de informações incorretas ou francamente falsas, exatamente porque as fontes conhecem as rotinas de produção e sabem que, nessas circunstâncias, o que for dito será veiculado. (MORETZSOHN, 2002, P. 145)

A autora indica que o que se percebe, muitas vezes, é uma subserviência dos jornalistas às fontes oficiais, além de uma grande dificuldade dos profissionais da imprensa em adotar uma postura crítica em relação às autoridades, como mostra o jornalista Caco Barcelos:

Eu não sei se isso [a subserviência] é consequência da pressão a que o repórter é submetido, a pressão industrial até, porque é complicado você duvidar sempre da polícia. Eu me sinto um privilegiado, eu posso duvidar, não que o outro não possa, mas porque eu tenho mais tempo para apurar. E nem todo repórter tem esse privilégio que eu tenho. O camarada pode sair da redação precisando fechar duas matérias. Ele vai duvidar de tudo que é delegado que cruzar na vida dele? Isso só vai derrubar a matéria. (BARCELOS, *apud* MORETZSOHN, 2002, P. 145)

No entanto, ao optar por tornar pública uma informação não investigada cuidadosamente (pelo próprio veículo de comunicação), se está pisando em um terreno perigoso. Especialmente quando se trata de uma acusação. São grandes as chances de se cometer um erro com consequências devastadoras.

O jornalismo dos dossiês é, assim, uma modalidade de justiça sumária ministrada diretamente pela imprensa, segundo seus próprios ritos. A imprensa define quais são os crimes – que, como vimos, não são necessariamente os capitulados por lei – e qual a punição: quase sempre a difamação da vítima, a destruição de sua imagem. (KUCINSKI, 2005, P. 67)

Segundo Felipe Pena (2005), por mais graves que sejam os efeitos negativos do denunciamento que difama e destrói a reputação de inocentes, na maioria das vezes, a retratação por parte dos veículos (quando o fazem) não tem o mesmo destaque que a publicação da denúncia. “Como o tecido atingido pela calúnia não se regenera, as feridas abertas pela difamação não cicatrizam. Não há fibrose no jornalismo e a sociedade sabe disso”.

Em um comunicado do Sindicato dos Jornalistas do Estado de São Paulo, divulgado em junho de 1997, os profissionais afirmam que “a imprensa adora fazer o papel de

promotor e de juiz, acusando e julgando os outros, e nunca admite sentar-se ao banco dos réus, isto é, não reconhece seus próprios erros”⁵.

Para justificar essa postura, os veículos de comunicação buscam abrigo na liberdade de informação e, sobretudo, no “dever público de informar”. É como se esses fatores os dessem liberdade e autonomia para publicar tudo, inclusive fatos inverídicos.

Muitas vezes, as informações, tidas como “quentes”, são “plantadas” nas redações por pessoas influentes, aparentemente confiáveis. Os jornalistas, extasiados pela possibilidade de ter em mãos uma notícia de extrema relevância e destaque no cenário nacional, caem em armadilhas ao publicar dados inverídicos ou “meias-verdades”

O jornalista Fernando Rodrigues defende que jornalismo não é denúncia. Para ele, bom jornalismo é aquele que investiga, checa fatos e informações sem ferir a ética, dando espaço a todos os lados envolvidos na história. “Bom jornalismo não denuncia nada. Divulga fatos. Quem denuncia é o Ministério Público”⁶.

4.2 COMO A IMPRENSA TRATOU O CASO IBSEN PINHEIRO

Em 17 de novembro de 1993, chegava às bancas o exemplar nº 1314 da Revista Veja. Na capa, a manchete “Até tu, Ibsen? – um baluarte do congresso naufraga em dólares suspeitos”. No interior, uma matéria polêmica, considerada pelo jornalista Alberto Dines “uma formidável barriga que tirou da disputa presidencial” uma quase candidato⁷”.

Ibsen Valls Pinheiro foi aclamado como herói depois de presidir a sessão da Câmara dos deputados que aprovou o impeachment de Fernando Collor de Melo, em agosto

⁵ ver texto “Vítimas do denunciamento”, publicado pela diretoria do Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Estado de São Paulo, em 13/06/97, em www.igutenberg.org

⁶ Ver texto “A moda é pregar o fim do Denunciamento”, boletim 19, novembro – dezembro de 1997 em www.igutenberg.org

⁷ Em maio de 2000, Alberto Dines, apresentador do programa “Observatório da Imprensa”, da TVE, levou ao ar um programa sobre o caso, que contou com a participação de Ibsen Pinheiro e do jornalista Luís Costa Pinto.

de 1992. Filiado ao PMDB gaúcho, o parlamentar chegou a ser lançado como candidato do PMDB e até cogitado para disputar como vice, ao lado Luís Inácio Lula da Silva, as eleições presidenciais de 1994.

O texto, assinado por Luis Costa pinto, ergueu a acusação de corrupção contra o então deputado e ex-presidente da Câmara, baseado em informações repassadas por Waldomiro Diniz, que, na ocasião, era assessor da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito do Orçamento.

Uma semana antes, a Veja conseguiu um furo ao publicar uma entrevista exclusiva com o ex-assessor da Comissão de Orçamento do Congresso Nacional, José Carlos Alves dos Santos. Ele denunciava a existência de um esquema de corrupção na comissão. Chegou mencionar o envolvimento de sete deputados e um senador no caso; o nome de Ibsen Pinheiro não foi citado.

A CPI do Orçamento (que ficou conhecida como a CPI dos anões do orçamento), investigou, entre os anos de 1993 e 1994, denúncias contra parlamentares acusados de receber propinas de empreiteiras para incluir emendas de interesse das empresas, destinando recursos a obras de grande porte.

Os dados fornecidos por Waldomiro Diniz denunciavam uma suposta movimentação financeira de US\$ 1 milhão nas contas de Ibsen Pinheiro. A fonte chegou a fornecer ao jornalista Luis Costa Pinto cópias de cheques, que, na verdade, se somados os valores dolarizados, significavam uma movimentação de apenas US\$ 1 mil. Ou seja, a matéria bombástica que pretendia denunciar um escândalo de corrupção no poder era uma fraude.

No entanto, o resultado final das apurações da CPI do Orçamento inocentou 11 deputados e determinou a cassação de seis parlamentares, entre eles Ibsen Pinheiro. O ex-presidente da Câmara enfrentou um processo judicial, no qual foi inocentando em 1999 pelo Supremo Tribunal Federal.

Porém, isso não impediu que um parlamentar em franca ascensão, que chegou a ser cogitado como candidato à presidência passasse anos longe do cenário político. Em 2004, Ibsen Pinheiro recomeçou sua caminhada política, conquistando o cargo de vereador em Porto Alegre. Nas eleições de 2006, voltou à Câmara, sendo eleito deputado federal pelo PMDB do Rio Grande do Sul.

4.3 “ATÉ TU, IBSEN?” – UMA ANÁLISE DA MATÉRIA

O texto publicado pela revista *Veja*, em novembro de 1993, trouxe, além das denúncias, um relato sobre a biografia de Ibsen Pinheiro⁸. O jornalista Luis Costa Pinto usou como estratégia opor frases e informações que classificavam Ibsen como um parlamentar ético e honesto aos indícios de corrupção.

Na presidência da Câmara, com seu cabelo engomalinado, comandou a sessão do impeachment de Collor e prestou um serviço ao país, ajudando a tirar um corrupto do planalto. Na hora de dar seu voto, posicionou-se a favor do impeachment e afirmou que “o que o povo quer, esta Casa acaba querendo”. (...) Dentro da Câmara, Ibsen ganhou respeito como articulador competente. (...) Com suas mãos limpas, Ibsen colocou-se como alternativa ética a Orestes Quércia. Pois bem. Ibsen Valls Pinheiro não era nada disso. Na sexta-feira passada, a CPI descobriu que o deputado movimentou em suas contas bancárias um milhão de dólares. (COSTA PINTO, 1993, P. 30)

Todavia, no ano de 2004, uma reportagem da revista *Isto é* denunciou o erro do jornalista.⁹ Na matéria, foi publicado um fragmento do relato “O homem que se recusou a morrer”. Trata-se de um *mea culpa* entregue pelo jornalista ao próprio Ibsen Pinheiro no ano de 2000. No texto, Luis Costa Pinto revela todo o processo de construção da matéria da *Veja* que acusava o parlamentar. Ele destaca, nesse texto, que numa sexta-feira de novembro de 1993 recebeu um telefonema de Waldomiro Diniz, classificado pelo repórter como “uma das

⁸ Ver anexo 1

⁹ Ver anexo 2

boas fontes do submundo político brasileiro¹⁰”, que anunciava ter uma “bomba” para ele. Ainda de acordo com o relato, Waldomiro teria chegado à sucursal da Veja em Brasília, minutos depois da ligação, anunciando ao jornalista: “Pegamos Ibsen”.

Em seguida, exibiu sete boletos de depósitos bancários, já dolarizados por ele, e que, segundo me dizia, provavam a transferência de US\$ 1 milhão de uma conta bancária de Ibsen Pinheiro de uma agência da Caixa Econômica para uma agência do Banrisul. “Ele não tem salário para ter tanto dinheiro. Isso é a prova da corrupção”, asseverou Waldomiro. (COSTA PINTO, *apud* DINIZ, 2004, P.32)

Visto que se tratava de uma denúncia grave, recebida por meio de uma fonte ligada ao meio político, o jornalista deveria adotar uma postura crítica e independente. Sua função, nesse contexto, seria investigar a veracidade das informações, como consta no Manual de Redação do jornal Folha de São Paulo¹¹:

Para evitar a difusão inconseqüente de ganchos construídos ou notícias “plantadas”, o jornalista deve ser crítico em relação a assessorias de imprensa, press releases, boatos, pronunciamentos oficiais, declarações descontextualizadas, pesquisas de opinião, estatísticas, informações difundidas por grupos, partidos ou organizações e notícias veiculadas por outros meios de comunicação. (MANUAL DA REDAÇÃO, FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, P. 25)

O jornalista, no entanto, embarcou nas denúncias que ouviu, sem contestar. Porém, ao examinar os documentos recebidos, a equipe de checagem da revista, liderada na época por Adam Sun, descobriu que a soma dos boletos não totalizava US\$ 1 milhão, como confessou o repórter Luis Costa Pinto¹².

Adam Sun, (...) na condição de chefe da equipe de checagem da revista, descobriu que a dolarização estava errada. ‘Lula, essa soma não dá US\$ 1 milhão, dá US\$ 1 mil’, gritou-me Adam do outro lado da linha. Eu gelei. “Paulo¹³, tem jeito?”, perguntei. “Não”, cravou-me friamente. “Já rodamos 1 milhão e 200 mil capas. E jogar fora 1 milhão e 200 mil capas é um prejuízo impagável (hoje, cerca de R\$ 100 mil)”. (COSTA PINTO, 2004, P.33)

¹⁰ Idem

¹¹ Optou-se por usar o Manual de Redação do jornal Folha de São Paulo, já que o Manual de Redação e Estilo da Editora Abril não é publicado há vários anos. Além disso, no manual selecionado, encontramos e preceitos e recomendações gerais, que devem ser seguidas por jornalistas de todos os veículos.

¹² Ver anexo 2

¹³ O jornalista se refere a Paulo Moreira Leite, então editor executivo da Veja. Sobre o episódio narrado por Luis Costa Pinto, Paulo nega ter sido responsável pela publicação da capa do exemplar 1314 e atribui a responsabilidade a Mário Sérgio Conti, que naquela época ocupava o cargo de diretor de redação.

Porém, apesar de descoberto o erro (uma conversão supervalorizada em mil vezes) na matéria 1993, a Veja denuncia a citação das transferências de tal forma:

(...) no dia 23 de abril de 1991, o deputado [Ibsen Pinheiro] recebeu, em sua conta, de número 94.903-9, no Banco Meridional, um depósito de 182 000 dólares. (...) Entre 1989 e 1993, o deputado recebeu 881 000 dólares em depósitos numa outra conta, de número 192.64.06, no Banrisul. Ou seja: as duas contas revelam depósitos de 1 milhão de dólares”. (COSTA PINTO, 1993, P.32)

A saída encontrada pela equipe da revista foi tentar encontrar alguém que confirmasse “em on” a soma encontrada nas contas de Ibsen Pinheiro. O jornalista contactou o presidente da CPI do Orçamento, o deputado Benito Gama. De acordo com Luis Costa Pinto, o parlamentar não hesitou. “Não há chance de isso estar errado. É US\$ 1 milhão e Ibsen terá de responder por isso”¹⁴.

Para se defender das acusações pelo erro cometido (ter tornado pública uma informação sabidamente fraudada), a revista Veja informou, na época, que se ateu aos valores fornecidos pela CPI, tendo apenas somado as quantias que constavam nos boletos. Porém, na matéria, não foram incluídas as tais cópias dos boletos dos depósitos. O que encontramos no texto são cópias de três cheques em favor de Ibsen Pinheiro, assinados por Genebaldo Correia, na época um dos deputados envolvidos no escândalo dos Anões do Orçamento. Foi mais uma forma de colocar Ibsen sob suspeição diante dos leitores, levantando dúvidas em relação a uma transação comprovadamente corriqueira.

Os cheques que aparecem na matéria da Veja¹⁵ perfaziam um total de US\$ 35 mil. Ibsen Pinheiro explicou, na época, que aquela quantia se referia à venda de uma camionete, como assegura Luis Costa Pinto em seu relato. “O valor do documento bancário era compatível com essa transação e o carro, de fato, fora transferido de um para outro – mas a obviedade do álibi não aplacou a ânsia de apuração jornalística sobre o fato¹⁶”.

¹⁴ Ver anexo 2

¹⁵ Ver anexo 1

¹⁶ Ver anexo 2

O jornalista disse que a negativa do parlamentar diante das denúncias não fez com que ele se dedicasse com mais rigor à investigação das informações que recebia. Como ele mesmo reconhece¹⁷, preferiu acreditar nos documentos que tinha às mãos. ”Afiml, registrar o outro lado burocraticamente também é praxe no jornalismo”, assume.

O jornalista cometeu outro erro ao não confrontar as informações para tentar descobrir a veracidade dos fatos, uma prática indispensável à apuração jornalística, como recomenda o Manual da Redação da Folha de São Paulo.

As práticas de cruzar informações e de ouvir o outro lado baseiam-se nos conceitos de que todo fato comporta mais de uma versão e de que o julgamento desse fato não compete ao jornalista, mas ao leitor. (...) Cruzar informações e ouvir o outro lado permite, ainda, que o jornalista não endosse versões interessadas, que visem a manipulação da opinião pública. (...) É sempre importante perguntar-se a quem uma notícia vai interessar, a quem ela traz prejuízos e quem dela se beneficia. São perguntas que ajudam a esclarecer o jogo de interesses por detrás dos fatos. (MANUAL DA REDAÇÃO, FOLHA DE SÃO PAULO, 2001, P.27)

Outro documento utilizado na matéria para provar a ligação entre Ibsen Pinheiro e os Anões do Orçamento foi uma foto, tirada em 1991, na qual o ex-presidente da Câmara aparece junto com cinco dos sete deputados acusados pela CPI em um viagem de férias à Turquia.



- 1 - Cléa, mulher de Cid Carvalho
- 2 - Cid Carvalho
- 3 - Deoni, mulher de José Geraldo Ribeiro
- 4 - José Geraldo Ribeiro
- 5 - Manoel Moreira
- 6 - Marinalva, ex-mulher de Moreira
- 7 - Márcia Cristina, filha do casal Moreira
- 8 - Martha, mulher de Genebaldo Correia
- 9 - Genebaldo Correia
- 10 - Ibsen Pinheiro
- 11 - Laila, mulher de Ibsen

¹⁷ Idem

Moretzsohn (2002) esclarece que investigar a relação existente entre texto e imagem é essencial para se estudar a produção de sentido em veículos impressos. “Uma simples passada de olhos pelas páginas de qualquer diário nos leva a perceber como os jornais jogam com textos e fotos, como planejam a diagramação de modo a induzir o público a determinada leitura”.

Porém, no caso da reportagem da Veja, com o intuito de afirmar que Ibsen Pinheiro também estaria envolvido no escândalo de corrupção (e, na falta de mais indícios para acusá-lo), o jornalista recorreu a um dito popular, o que nos permite classificar sua conduta como, no mínimo, antijornalística. Ele diz na matéria: “Vale a sabedoria bíblica: diz-me com quem andas e te direi quem és”.

Mais à frente na matéria, o jornalista lista os itens que compõem o patrimônio de Ibsen Pinheiro (carros e imóveis), confrontando o preço dos itens com o valor do salário recebido por Ibsen. A intenção era levantar dúvidas sobre a origem dos bens adquiridos. O jornalista chega a suspeitar de um financiamento que foi quitado antes do prazo previsto. “Suas finanças corriam às mil maravilhas nessa época. Com um financiamento em 36 prestações, Ibsen quitou o imóvel [uma cobertura] em 14 meses¹⁸”.

O parlamentar se justificou, dizendo que pagava suas contas com o salário de deputado. “Como presidente da Câmara, não tinha gasto. Morava, viajava, comia e me locomovia de graça¹⁹”.

As outras fontes ouvidas pelo jornalista (Germano Rigotto, Miro Teixeira, Ademar Sabino e Pedro Simon) não apresentam informações efetivas. São declarações de deputados e senadores que apenas lamentam o ocorrido.

Luis Costa Pinto termina a matéria comparando Ibsen Pinheiro à figura do ex-presidente Fernando Collor. “Collor caiu porque era corrupto. Ibsen, da mesma forma, está

¹⁸ ver anexo 1

¹⁹ Idem

caindo porque contra si está crescendo a mesma montanha de dinheiro suspeito que envolveu e afogou o ex-presidente²⁰”. É sabido que, de acordo com a Constituição Federal, ninguém é considerado culpado até que seja julgado e que receba sentença condenatória. Porém, o jornalista julgou e condenou o deputado, baseando-se em informações que ele mesmo sabia que eram falsas.

Em suma, constatamos que o jornalista cometeu uma série de equívocos, dentre os quais, podemos destacar os mais relevantes. O mais grave se refere ao fato de terem publicado uma matéria de capa contendo informações inverídicas. A Veja optou por levar às bancas um texto denunciioso construído a partir de uma apuração ineficiente. A revista ignorou a condição de formadora de opinião e deixou que as questões mercadológicas falassem mais alto.

Além disso, após descoberto o erro, em vez de corrigi-lo, ou segurar a matéria até que se apurasse mais rigorosamente, decidiu-se por encontrar alguém que avalizasse a informação equivocada. Dessa forma, a revista poderia se eximir do erro, o que não aconteceu.

Como o equívoco foi descoberto pouco tempo antes do fechamento da edição, a equipe preferiu valorizar o furo jornalístico, em detrimento da qualidade da informação. Como admitiu o então chefe da equipe de checagem, Adam Sun²¹. “Só para atualizar os depósitos no padrão monetário nacional vigente demandaria certo tempo. (...) Essa checagem seria extenuante e impraticável nas condições de fechamento”.

O jornalista embarcou nas acusações apresentadas por Waldomiro Diniz sem hesitar. Luis Costa Pinto desprezou o fato de que a fonte poderia ter interesses políticos ou pessoais na divulgação da acusação. Além disso, para esclarecer o fato da acusação de corrupção contra Ibsen Pinheiro, foram ouvidas poucas fontes, que, na verdade, só fizeram

²⁰ Idem

²¹ Ver anexo 3

acusações. O outro lado da questão foi registrado, como disse o próprio jornalista, burocraticamente.

5 CONCLUSÃO

Os discursos éticos atribuem ao jornalismo a função de responsabilidade social, da busca pela verdade. Esses preceitos são encontrados nos manuais de redação, nos códigos deontológicos, e são difundidos nas salas de aula de faculdades de Comunicação em todo o país. Porém, muitos são os fatores que nos permitem classificar o jornalismo como uma atividade repleta de contradições e paradoxos.

O jornalista, assim como os profissionais de outras áreas, está sujeito ao erro. Mas não é prudente culpar somente os jornalistas pelos inúmeros equívocos cometidos. Nos últimos tempos, eles têm enfrentado uma série de pressões e obstáculos que acabam por influenciar a angulação e o conteúdo das notícias. Sobrecarregados por um volume excessivo de trabalho, os jornalistas não têm tempo para se dedicar à pesquisa e à apuração criteriosa. Esse fenômeno, atualmente, é agravado pelo advento do chamado “jornalismo em tempo real” que estimula o furo, a instantaneidade. A ditadura do *deadline* relega a segundo plano a qualidade informativa. E quanto mais a imprensa se pautar pelo imediatismo, mais o jornalista estará sujeito a produzir notícias mal apuradas e redigidas, e ainda estará mais exposto à possibilidade do erro.

No dia-a-dia, além de serem submetidos a uma rotina estressante, por conta do trabalho excessivo, os profissionais do jornalismo enfrentam um mercado concorrido, tendo que se submeter, ainda, à baixa remuneração.

Outra questão relevante que permeia a atividade jornalística é a lógica de mercado, que estimula a lucratividade. A notícia é tratada pelos veículos de comunicação como produto que objetiva, como em qualquer empresa, o lucro. E devido a essa influência massiva da lógica comercial nos veículos de comunicação, iniciou-se um processo de precarização da profissão jornalística, fazendo com que até os critérios de noticiabilidade passassem a ser

questionáveis. Além disso, nesse contexto, o fazer tornou-se mais importante que o saber fazer.

Pode-se afirmar, em síntese, que o trabalho jornalístico, na atual prática cotidiana, se aproxima muito mais do trabalho operário do que propriamente da função *a priori* heróica de representar a sociedade e a voz popular. Em um mercado em que a notícia é fabricada como mercadoria, os jornalistas estão submetidos a um ritmo industrial de produção, e encontram obstáculos que devem ser superados no exercício diário da atividade.

Para se manter no mercado, ou conseguir uma melhor posição profissional, o jornalista, muitas vezes, se vê tentado a ignorar regras morais e éticas da profissão. Além disso, a precipitação e a falta de rigor nas apurações prejudicam a qualidade da informação. Tudo isso delinea um quadro de precarização da atividade, que leva a imprensa a continuar cometendo equívocos, fazendo julgamentos precipitados e publicando informações inverídicas e denúncias infundadas. Além de praticar um “desserviço” à informação e prejudicar pessoas injustamente, a imprensa perde seu bem maior: a credibilidade.

Uma alternativa para que se possa alcançar um jornalismo de qualidade reside, principalmente, na necessidade de uma mudança estrutural no mercado jornalístico. É preciso assegurar melhores condições de trabalho e uma remuneração justa aos profissionais da imprensa. Além disso, é necessário que haja uma reflexão sobre a atividade, que culmine em uma mudança de comportamento por parte dos jornalistas. Eles devem abandonar a “preguiça profissional”, e se dedicar incessantemente à apuração criteriosa, e à busca da pluralidade e veracidade dos fatos. Só a partir da conscientização acerca desses fatores, pode-se certificar a existência de uma imprensa justa e responsável.

6 REFERÊNCIAS

A ÚLTIMA da Escola Base. **Instituto Gutenberg**. Boletim 12. 1997. Disponível em <www.igutenberg.org.br>. Acesso em: 05 set 2006.

BUCCI, Eugênio. **Sobre ética e imprensa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000

CENEVIVA, Walter. Denuncismo entre o estilingue e a vidraça. **Folha Online**. 17 jul 2004. Disponível em <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1707200408.htm>>. Acesso em: 02 de nov. 2006.

CHRISTOFOLETTI, Rogério. **Erros nos jornais: aspecto ético e comprometimento de qualidade técnica**. Disponível em <www.univali.br/uploads/fiuemi6cr8hcu.pdf> Acesso em: 26 out de 2006.

CONTI, Mário Sergio. **Notícias do planalto: a imprensa e Fernando Collor**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999

COSTA PINTO, Luis. Uma estrela na lama. **Veja**, 17 nov. 1993. p.30.

DINIZ, Weiller. A verdade aparece. **Istoé**, São Paulo, 18 ago. 2004. p. 28.

ÉTICA. **Wikipédia**. Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%89tica>> Acesso em: 06 de dez. de 2006.

FIORIN, José Luiz. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Àtica, 1990.

FOLHA DE S. PAULO. **Manual da redação**. São Paulo: Publifolha, 2001.

FREITAS, Sandra Maria. **Jornalismo no século XXI: Mudanças e desafios**. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GOMES, MAYRA RODRIGUES. **Poder no jornalismo**. São Paulo: Hacker: Edusp, 2003.

HOHLFELDT, Antonio. Hipóteses contemporâneas de pesquisa em comunicação. In: _____. **Teorias da comunicação: conceitos, escolas e tendências**. Petrópolis: Vozes, 2001. p.187-240.

KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os Elementos do jornalismo**. São Paulo: Geração Editorial, 2003.

KRIMSKI, George. A obediência ao que não é obrigatório. **Instituto Gutenberg**. Disponível em <www.igutenberg.org.br> Acesso em : 26 out. 2006

KUCINSKY, Bernardo. **Jornalismo na era virtual, ensaios sobre o colapso da razão ética**. São Paulo: Unesp, 2005.

KUCINSKI, Bernardo. **O jornalismo além fronteira: notas sobre a ética do jornalismo embutido**. Disponível em <http://www.reporterbrasil.com.br/documentos/jornalismo_alem_fornteira.pdf> Acesso em: 06 de nov. 2006.

LAGE, Nilson. **Linguagem jornalística**. São Paulo: Ática, 1990.

LAGE, Nilson. **Estrutura da notícia**. 6. ed. São Paulo: Ática, 1998

MÃE suspeita de matar a filha com cocaína é indiciada. **Portal G1**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/SaoPaulo/0,,AA1330758-5605,00.html>>. Acesso em: 04 de nov. 2006.

MARCONDES FILHO, Ciro. **A saga dos cães perdidos**. 2. ed. São Paulo: Hacker, 2000.

MARTÍNEZ-ALBERTOS, José L. **El Ocaso del Periodismo**. Madrid: CIMS, 1997.

MATTELART, Armand e Michèle. **História das teorias da comunicação**. 4. ed. São Paulo: Loyola, 2001.

MORETZSOHN, SYLVIA. **Jornalismo em “tempo real” : o fetiche da velocidade**. Rio de Janeiro: Revan, 2002

MORETZSOHN, Sylvia. “Profissionalismo” e “objetividade”: o jornalismo da contramão da política. In: 9º ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS PROGRAMAS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM COMUNICAÇÃO, 2000. Porto Alegre. **Anais...** Porto Alegre: COMPOS, GT Estudos do Jornalismo, CD - ROM.

PENA, Felipe. **No jornalismo não há fibrose: a ruína das fontes, o denunciamento e a opinião pública**. Disponível em < <http://www.felipepena.com/artigos/fibrose.htm>.> Acesso em: 08 out. 2006

PINTO, Manuel. **Ventos cruzados sobre o campo jornalístico - percepções de profissionais sobre as mudanças em curso**, Atas do II Encontro Ibérico de Ciências da Comunicação realizado na Universidade da Beira Interior, Portugal, em 23 e 24 de Abril (em suporte CD-ROM), 2004

RAMONET, Ignacio. **A tirania da comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

RODRIGUES, Fernando. A moda é pregar o fim do denunciamento. **Instituto Gutenberg**. Disponível em <<http://www.igutenberg.org/premio19.html>> Acesso em: 26 out. 2006.

ROSSI, CLÓVIS. **O que é jornalismo**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

SINDICATO DOS JORNALISTAS PROFISSIONAIS DO ESTADO E SÃO PAULO. **Vítimas do denunciamento**. Disponível em <http://www.igutenberg.org/atuaisi.html>. Acesso em 23 de dezembro de 2006.

SOARES, Ismar de Oliveira. (org). **Para uma leitura crítica dos jornais**. São Paulo:Paulinas, 1983

OLIVEIRA, Michelle Roxo. **Discursos sobre o dever-ser jornalístico: construindo um capital simbólico**. XXVII INTERCOM, PUC/RS; Porto Alegre , 2004. Disponível em <www.intercom.org.br> Acesso em: 23 out 2006.

ANEXOS